



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

**NÚCLEO DE ESTUDOS DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E DA
COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Professores: Marcos Augusto Perez e Rodrigo Pagani de Souza

FICHA DE REAÇÃO:

Sumário do Relatório Final

NOME DO ALUNO: ORLANDO DE SOUZA PADEIRO FILHO

NÚMERO USP: 3099858

Tema do trabalho final: Os principais aspectos do tratamento jurídico conferido ao direito de acesso à informação administrativa no Brasil

Metodologia: aprofundamento do estudo da legislação brasileira referente à transparência, com sugestões e adequações consideradas relevantes para que tal legislação consiga refletir, na prática, o real objetivo da transparência. A questão referente a não divulgação de informações por parte de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que, muitas vezes, não divulgam determinadas informações alegando sigilo comercial ou que tais informações são estratégicas, também será abordada.

Sumário proposto:

- 1) Introdução;
- 2) Evolução Legislativa;
 - a. Federal
 - i. Lei de Arquivos Públicos (lei federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991);
 - ii. Lei Eleitoral (lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997);
 - iii. Lei do Habeas Data (lei federal n. 9.507, de 9 de janeiro de 1997);
 - iv. Lei Federal de Processo Administrativo (lei federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999);
 - v. Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000);
 - vi. Lei de Acesso à Informação (lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011);
 - vii. Decreto Credenciamento de Segurança e Tratamento de Inform. Classificada (decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012);
 - viii. Normas sobre as Páginas de Transparência Pública (portaria interministerial n. 140, de 16 de março de 2006);
 - ix. Lei Capiberibe (lei complementar federal n. 131, de 27 de maio de 2009).
 - b. Estado de São Paulo
 - i. Lei nº 10.177, de 30 de Dezembro de 1998 Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual;
 - ii. Lei Nº 10.294, de 20 de abril de 1999 Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências;
 - iii. Decreto Nº 60.144, de 11 de fevereiro de 2014 Institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI e dá providências correlatas;

- iv. Decreto Nº 60.399, DE 29 DE ABRIL DE 2014 Dispõe sobre a atividade das Ouvidorias instituídas pela Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999;
 - v. Decreto Nº 59.161, de 8 de Maio de 2013 Dispõe sobre o Programa Transparência Paulista - plano de fomento à transparência municipal, e dá providências correlatas.
 - c. Município de São Paulo
 - i. Decreto Nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012 (regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação, conforme específica).
 - d. Estado do Rio de Janeiro
 - i. Lei Nº 5427, de 01 de abril de 2009 (estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências);
 - ii. Decreto Nº 43.597 de 16 de maio de 2012 (regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto nos Artigos 5º, XXXIII, E 216, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Federal Nº 12.527, DE 18.11.2011).
 - e. Município do Rio de Janeiro
 - i. Decreto - 35606 - 16/5/2012 (regula, em âmbito municipal, a Lei de Acesso a Informações - Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências).
- 3) Análise dos aspectos fundamentais da legislação
 - a. sujeito titular do direito;
 - b. conteúdo do direito;
 - c. condicionamentos e limites ao exercício do direito;
 - d. organização administrativa para a tutela do direito;
 - e. competências e deveres;
 - f. procedimentos administrativos;
 - g. sanções aplicáveis aos infratores da legislação.
- 4) Principais problemas identificados;
- 5) Sugestões de melhorias;
- 6) Conclusão.